

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO
COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO
PECÉM - CIPP S.A.
(Anteriormente denominada como: Companhia de
Integração Portuária do Ceará – Cearáportos)

Relatório do auditor independente

Informações contábeis intermediárias
individuais e consolidadas
Em 30 de junho de 2020

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO
PECÉM - CIPP S.A.

(Anteriormente denominada como: Companhia de Integração Portuária do Ceará – CEARÁPORTOS)

Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
Em 30 de junho de 2020

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre a revisão as informações contábeis
intermediárias individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações do resultado individuais e consolidados

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidados

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidados

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados – método indireto

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos

Acionistas e Administradores da

Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP S.A.

(Anteriormente denominada como: Companhia de Integração Portuária do Ceará – Cearáportos)

São Gonçalo do Amarante - CE

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial, individual e consolidado, da Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP S.A. (“Companhia”), em 30 de junho de 2020, e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional “IAS 34 - Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board (IASB)”. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Ausência de controle do ativo imobilizado

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 10 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 apresenta na rubrica de ativo imobilizado os montantes de R\$ 6.380 mil e R\$ 7.079 mil, respectivamente no individual e consolidado. A Companhia está revisando o sistema de controle físico do ativo imobilizado que fornecerá, quando concluído o processo, subsídios para análise da composição, movimentação e depreciação dos itens que compõem as respectivas rubricas do imobilizado, bem como comprovação documental do custo contábil registrado. Pelo fato da revisão desse processo não ter sido concluída até a presente data, não nos foi possível determinar eventual necessidade de ajustes sobre o ativo imobilizado em 30 de junho de 2020 e dos encargos de depreciação reconhecidos no período findo nessa data, assim como nos demais elementos das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.



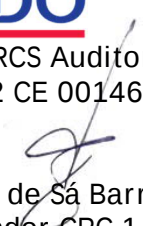
Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas com ressalva

Com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção “Base para conclusão com ressalva”, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Fortaleza, 07 de agosto de 2020.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 CE 001465/F-4



Tiago de Sá Barreto Bezerra
Contador CRC 1 CE 024436/O-5

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM - CIPP S.A.

Balanços patrimoniais

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

Ativo						Passivo e patrimônio líquido					
	Nota explicativa	Controladora		Consolidado			Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019			30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	158.082	212.537	175.047	233.212	Fornecedores	13	3.953	5.505	5.424	6.799
Contas a receber	6	12.333	21.432	16.286	23.258	Obrigações fiscais	14	6.760	6.332	9.336	7.950
Estoques		177	680	177	680	Obrigações sociais e trabalhistas	15	5.378	3.623	5.937	3.991
Impostos a recuperar	7	15.040	13.947	15.317	14.075	Valores a pagar por aquisição de investida		28.400	28.400	28.400	28.400
Despesas pagas antecipadamente		419	1.499	439	1.522	Dividendos a pagar		-	7.711	-	7.711
Dividendos a receber		-	2.273	-	-	Participações nos lucros a pagar	16	11	9.500	11	11.810
Outros créditos		237	808	237	808	Outras contas a pagar		65	91	88	108
		186.288	253.176	207.503	273.555			44.567	61.162	49.196	66.769
Não circulante						Não circulante					
Aplicações financeiras - escrow account	8	52.374	51.660	52.374	51.660	Provisões para contingências	17	53.859	52.493	53.859	52.493
Títulos e valores mobiliários	9	50.126	-	50.126	-			53.859	52.493	53.859	52.493
Depósitos judiciais		872	867	873	868	Patrimônio líquido					
Tributos diferidos		6.003	6.003	6.003	6.003	Capital social	18	1.069.658	1.069.658	1.069.658	1.069.658
Investimentos	10	96.569	95.580	23	23	Reserva de lucros a realizar		18.109	23.146	18.109	23.146
Imobilizado	11	6.380	6.616	7.079	7.814	Reserva legal		4.443	4.443	4.443	4.443
Intangível	12	811.519	816.510	890.779	896.096	Reserva de incentivo fiscal		19.488	19.488	19.488	19.488
Diferido		54	54	54	54	Ajustes de Avaliação Patrimonial		61	76	61	76
		1.023.897	977.290	1.007.311	962.518			1.111.759	1.116.811	1.111.759	1.116.811
Total do ativo						Total do passivo e patrimônio líquido					
		1.210.185	1.230.466	1.214.814	1.236.073			1.210.185	1.230.466	1.214.814	1.236.073

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM - CIPP S.A.

Demonstrações do resultado

Períodos findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora				Consolidado			
		30/06/2020		30/06/2019		30/06/2020		30/06/2019	
		Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Receita líquida de vendas	19	37.120	73.928	40.253	73.986	47.633	96.754	50.901	94.891
(-) Custo dos serviços prestados	20	(24.752)	(47.074)	(22.752)	(41.211)	(28.362)	(54.255)	(25.528)	(46.238)
(=) Lucro bruto		12.368	26.854	17.501	32.775	19.271	42.499	25.373	48.653
(+/-) Despesas/receitas operacionais									
Gerais e administrativas	21	(9.925)	(21.952)	(10.446)	(20.613)	(14.336)	(28.178)	(14.150)	(28.634)
Despesas tributárias		(288)	(414)	(28)	(45)	(293)	(421)	(66)	(83)
Equivalência patrimonial	10	4.591	8.593	3.313	6.219	-	-	-	-
Outras receitas/(despesas) operacionais		188	4.974	(604)	(905)	2.642	7.656	(590)	(891)
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		6.934	18.055	9.736	17.431	7.284	21.556	10.567	19.045
Despesas financeiras		(747)	(168)	(36)	(162)	617	(172)	(55)	(194)
Receitas financeiras		1.881	4.473	3.708	7.203	2.523	5.385	4.351	7.976
(=) Resultado financeiro, líquido	22	1.134	4.305	3.672	7.041	3.140	5.213	4.296	7.782
(=) Lucro líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		8.068	22.360	13.408	24.472	10.424	26.769	14.863	26.827
(-) Impostos sobre a Renda	23	(1.397)	(5.630)	(3.975)	(7.960)	(3.753)	(10.039)	(5.430)	(10.315)
(+) Incentivo fiscal - SUDENE	23	394	1.364	1.487	3.018	394	1.364	1.487	3.018
(-) Impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-
(=) Lucro líquido do período		7.065	18.094	10.920	19.530	7.065	18.094	10.920	19.530

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM - CIPP S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Períodos findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Controladora				Consolidado			
	30/06/2020		30/06/2019		30/06/2020		30/06/2019	
	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre	Trimestre	Semestre
Lucro líquido do período	7.065	18.094	10.920	19.530	7.065	18.094	10.920	19.530
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do período	<u>7.065</u>	<u>18.094</u>	<u>10.920</u>	<u>19.530</u>	<u>7.065</u>	<u>18.094</u>	<u>10.920</u>	<u>19.530</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM - CIPP S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

(Em milhares de Reais)

	Capital social	(-) Ações em tesouraria	Reserva de lucros a realizar	Reserva legal	Reservas de incentivos fiscais	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	286.414	(21)	1.704	2.819	10.772	783.265	121	-	1.085.074
Lucro líquido do exercício	-	-	14	-	-	-	-	19.530	19.544
Realização de ajuste a avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	(27)	-	(27)
Saldos em 30 de junho de 2019	<u>286.414</u>	<u>(21)</u>	<u>1.718</u>	<u>2.819</u>	<u>10.772</u>	<u>783.265</u>	<u>94</u>	<u>19.530</u>	<u>1.104.591</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.069.658	-	23.146	4.443	19.488	-	76	-	1.116.811
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	18.094	18.094
Distribuição de dividendos	-	-	(23.131)	-	-	-	-	-	(23.131)
Realização de ajuste da avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	(15)	-	(15)
Saldos em 30 de junho de 2020	<u>1.069.658</u>	<u>-</u>	<u>15</u>	<u>4.443</u>	<u>19.488</u>	<u>-</u>	<u>61</u>	<u>18.094</u>	<u>1.111.759</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM - CIPP S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	18.094	19.530	18.094	19.544
Itens que não afetam o caixa operacional				
Equivalência patrimonial	(8.593)	(6.219)	-	-
Depreciações e amortizações	18.577	17.320	19.163	17.971
Amortização da avaliação patrimonial	(15)	(27)	(15)	(27)
Atualização de contingências	1.366	1.370	1.366	1.370
Doação obtidas	(4.650)	-	(4.650)	-
Provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa, líquidas	2.022	3.881	2.022	3.881
Lucro líquido ajustado	26.801	35.855	35.980	42.739
(Aumento líquido)/redução nos ativos operacionais				
Contas a receber de clientes	7.077	470	4.950	430
Estoques	503	(118)	503	(118)
Outros créditos	571	(301)	571	(301)
Impostos a recuperar	(1.093)	(1.828)	(1.242)	(1.828)
Despesas pagas antecipadamente	1.075	(1.378)	1.078	(1.442)
Aumento líquido/(redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	(1.552)	1.310	(1.375)	1.256
Obrigações fiscais	428	1.243	1.386	2.362
Obrigações sociais e trabalhistas	1.755	454	1.946	(186)
Participações nos lucros a pagar	(9.489)	(5.079)	(11.799)	(6.183)
Outras contas a pagar	(26)	(44)	(20)	(41)
Caixa líquido das atividades operacionais	26.050	30.584	31.978	36.688
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aplicações financeiras - escrow account	(714)	(1.338)	(714)	(1.338)
Títulos e valores mobiliários	(50.126)	-	(50.126)	-
Distribuição de dividendos de investimentos	6.818	-	-	-
Dividendos recebidos	2.273	-	-	-
Aquisição de bens do imobilizado/intangível	(7.914)	(5.004)	(8.461)	(5.474)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(49.663)	(6.342)	(59.301)	(6.812)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Pagamento de dividendos	(30.842)	14	(30.842)	-
Caixa líquido (aplicado)/gerado nas atividades de financiamentos	(30.842)	14	(30.842)	-
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(54.455)	24.256	(58.165)	29.876
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	212.537	167.410	233.212	176.425
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	158.082	191.666	175.047	206.301
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(54.455)	24.256	(58.165)	29.876

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis individuais e consolidadas.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
individuais e consolidadas
Exercícios findos em 30 de junho de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A atividade da Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP S.A. (“Companhia” ou “CIPP”) teve sua origem formal em 22 de dezembro de 1995, data de sua criação por meio da Lei Estadual nº 12.536 publicada no Diário Oficial do Estado em 27 de dezembro de 1995.

A Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP S.A. está vinculada às políticas estaduais voltadas ao tema estratégico “Infraestrutura e Mobilidade”, e ao eixo “Ceará de Oportunidades”, ambos presentes no Plano Plurianual – PPA do quadriênio 2016-2019. O resultado esperado para as políticas desenvolvidas nesse eixo é o de assegurar o desenvolvimento sustentável. O principal indicador para fins de acompanhamento do atingimento do resultado é o que trata da Movimentação da Carga no Terminal do Pecém (MCTP).

Destaque-se que o tema estratégico “Infraestrutura e Mobilidade” adere a missão do Porto do Pecém de oferecer soluções seguras e eficientes de logística de transporte multimodal de cargas, atuando como indutor de novos negócios, diretamente ou por meio de parcerias, promovendo o desenvolvimento sustentável para o Estado do Ceará e a sua visão de futuro que é tornar-se até 2030 um dos maiores portos-indústrias do país, um porto concentrador (hub) e principal acesso para a nova fronteira agrícola.

O Estado, com sua política, propõe investimentos em todos os modais de transporte, contemplando os transportes rodoviário, ferroviário, marítimo e aeroviário, envolvendo recursos estaduais e federais. Visa-se o fortalecimento dos eixos logísticos de integração regionais, adequando-os a uma nova realidade de uma rede logística eficiente. Todos os projetos têm como norteador o Programa Estadual de Logística e Transportes do Ceará- PELT/ CE, que se propõe a ser um norteador das ações do Governo do Estado, numa visão de longo prazo, fornecendo os elementos necessários à preparação de uma agenda para a política da logística de carga, que priorize os investimentos em projetos de transportes e procedimentos na cadeia logística com a maior potencialidade de obter ganhos de eficiência nos custos.

Em relação a CIPP, e de modo a ampliar a capacidade de movimentação de cargas do Terminal Portuário do Pecém, encontra-se em implantação a 2ª fase de expansão do Terminal Portuário, contemplando novos berços de atracação, uma nova ponte acesso aos píeres e o alargamento do quebra-mar existente, tudo contemplado pelo Plano de Desenvolvimento Portuário. Além desses, são necessários investimentos na retro área e na infraestrutura on-shore do Terminal que ocorrerão pari passo ao ritmo de ampliação da estrutura off-shore e do crescimento na movimentação no porto, de modo que se mantenha o alto nível de desempenho operacional e de produtividade.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
individuais e consolidadas
Exercícios findos em 30 de junho de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração da Companhia em 07 de agosto de 2020.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na preparação dessas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todo o período apresentado, salvo indicação contrária.

2.1. Base de preparação

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia e sua controlada foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.2. Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção do seguinte item:

- Instrumentos financeiros: mensurados a valor justo por meio do resultado.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Companhia exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis.

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, a Companhia adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados podem ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
individuais e consolidadas
Exercícios findos em 30 de junho de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

2.3. Base de consolidação

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as informações da Companhia e sua controlada direta, a seguir:

	% de participação	
	jun/20	dez/19
Companhia Administradora da Zona Portuária de Processamento de Exportação do Ceará - ZPE Ceará	100,00%	100,00%

As políticas contábeis foram aplicadas com uniformidade em sua controlada e consistentes com aquelas utilizadas no período anterior.

Não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado atribuído aos sócios da Companhia em suas informações contábeis intermediárias consolidadas e o patrimônio líquido e resultado da Companhia em suas informações contábeis intermediárias individuais.

As informações contábeis de controladas são incluídas nas informações contábeis intermediárias consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle, deixa de existir.

Saldo e transações intercompany, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intercompany, são eliminados na preparação das informações contábeis intermediárias consolidadas.

2.4. Moeda funcional

Os itens incluídos nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional") e estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

2.6. Instrumentos financeiros

Classificação – ativos e passivos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR).

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
individuais e consolidadas
Exercícios findos em 30 de junho de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

Redução ao valor recuperável (impairment) - ativos financeiros e ativos contratuais:

O modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito com base na melhor estimativa da Administração.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.7. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia e de sua controlada. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas das contas a receber (impairment). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária.

2.8. Estoques

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição, são substancialmente de almoxarifado, composto de itens para consumo na operação e na administração da Companhia.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
individuais e consolidadas
Exercícios findos em 30 de junho de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

2.9. Outras contas a receber (circulante e não circulante)

Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetários auferidos.

2.10. Investimentos

Nas informações contábeis intermediárias individuais da controladora as informações contábeis intermediárias de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. As informações contábeis intermediárias de controladas são consolidadas integralmente nas informações contábeis intermediárias consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

2.11. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício social.

Somente os bens no qual a Companhia possui o controle são classificados como Ativo Imobilizado. Os bens adquiridos pela Companhia e vinculados ao contrato de cessão serão classificados como intangível conforme divulgado na nota explicativa 2.12.

2.12. Ativos intangíveis

Direto de uso

Em 05 de junho de 2001 a União por intermédio do Ministério dos Transporte celebrou juntamente com o Governo do Estado Ceará com a interveniência da Companhia, contrato de adesão no qual autoriza a Companhia a exploração do terminal de uso privativo (TUP) situado no distrito do Pecém no município de São Gonçalo do Amarante - CE.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
individuais e consolidadas
Exercícios findos em 30 de junho de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

Em 2018 foi celebrado entre o Governo do Estado do Ceará e a Companhia termo de cessão de direito de uso de bens, que tem como objeto a cessão, para a Companhia, dos ativos (terrenos, edificações, benfeitorias etc.) que são de propriedade do Estado e fazem parte do Complexo Portuário do Pecém.

Apesar da Companhia não se caracterizar juridicamente como uma concessionária de serviços públicos, a Companhia atua como prestadora de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura utilizada para prestar um serviço de utilidade pública, no qual inclusive é regulamentado pela Agência Nacional dos Transportes Aquaviários (ANTAQ), no qual tem autonomia para intervir em políticas de preços e tarifas e em outros aspectos operacionais do Porto.

Adicionalmente é válido mencionar que a Companhia não detém a propriedade efetiva dos ativos cedidos, no qual no término do contrato de cessão tais ativos são devolvidos ao Estado do Ceará.

Considerando a orientação técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão, que estabelece que outras modalidades de contratos, similares a contratos de concessão, também estão inclusas no escopo do ICPC 01 (R1), a Companhia possui a política contábil de apresentar como intangível o direito de uso de tais ativos, sendo esses amortizados pelo prazo do contrato de cessão de direito de uso.

Softwares

As licenças de programas de computador (softwares) e de sistemas de gestão empresarial adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos e são amortizadas conforme vida útil.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorrido.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos no ativo intangível quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;
- A Administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo;
- O software pode ser vendido ou usado;
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros;

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
individuais e consolidadas
Exercícios findos em 30 de junho de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software;
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

2.13. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente. Os ativos não financeiros, que tenham sofrido impairment, são revisados para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório.

2.14. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
individuais e consolidadas
Exercícios findos em 30 de junho de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

2.15. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.16. Participações nos lucros

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

2.17. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos: corrente e diferido.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço no país em que a Companhia atua e gera lucro tributável.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
individuais e consolidadas
Exercícios findos em 30 de junho de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de Impostos de Renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas. O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os Impostos de Renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os Impostos de Renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os Impostos de Renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.18. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e registrada no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

A Companhia goza de incentivo fiscal (benefício SUDENE) de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
individuais e consolidadas
Exercícios findos em 30 de junho de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

Os valores correspondentes à redução do imposto de renda são contabilizados como redução das correspondentes despesas de impostos no resultado do período e posteriormente transferido para o patrimônio líquido na conta “Reserva de Incentivo Fiscal”.

2.19. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.20. Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) e reconhecidos ao custo de aquisição e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

2.21. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e de sua controlada.

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade.

(a) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

3. Instrumentos financeiros

3.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e de sua controlada a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
individuais e consolidadas
Exercícios findos em 30 de junho de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

O programa de gestão de risco da Companhia e de sua controlada se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e de sua controlada.

A gestão de risco é realizada pela alta Administração da Companhia e de sua controlada, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A Alta Administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

(a) Risco de mercado (taxa de juros)

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia e sua controlada vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros (aplicável as aplicações financeiras, pois a Companhia e sua controlada não possuem empréstimos e financiamentos).

Com relação a taxa de juros, a Administração da Companhia entende que esse risco é reduzido, pois somente realiza investimentos atrelados ao CDI e monitora continuamente o comportamento desse indicador no mercado, visando reduzir a exposição da Companhia e de sua controlada.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, bem como de exposições de crédito com clientes.

Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha. Para os créditos com clientes, a Administração da Companhia faz o gerenciamento constantes de tais clientes.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
individuais e consolidadas
Exercícios findos em 30 de junho de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

3.2. Gestão de capital

A Companhia busca alternativas de capital com o objetivo de satisfazer as suas necessidades operacionais, objetivando uma estrutura de capital que leve em consideração parâmetros adequados para os custos financeiros, os prazos de vencimento das captações e suas garantias.

4. Estimativas e premissas contábeis críticas

A preparação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia e de sua controlada no processo de aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

As premissas e estimativas significativas para informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas estão relacionadas a seguir:

a) Imposto de Renda, Contribuição social e outros impostos

A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas e a base tributária dos ativos e passivos, utilizando as alíquotas em vigor. A Companhia revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.

b) Provisões para riscos processuais

A Companhia e sua controlada são partes em diversos processos judiciais e administrativos como descrito na nota explicativa nº 16. Provisões são constituídas para os riscos tributários, cíveis e trabalhistas referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
individuais e consolidadas

Exercícios findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais. A Administração acredita que essas provisões para riscos processuais estão corretamente apresentadas nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	jun/20	dez/19	jun/20	dez/19
Caixa	9	4	9	7
Conta corrente	4	4	3.570	18
Aplicações	158.069	212.529	171.468	233.187
	<u>158.082</u>	<u>212.537</u>	<u>175.047</u>	<u>233.212</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

6. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	jun/20	dez/19	jun/20	dez/19
Mercado interno	29.208	27.425	31.104	29.261
Créditos a faturar	2.431	11.281	4.488	11.281
(-) Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	(19.306)	(17.284)	(19.306)	(17.284)
	<u>12.333</u>	<u>21.432</u>	<u>16.286</u>	<u>23.258</u>

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

	Controladora		Consolidado	
	jun/20	dez/19	jun/20	dez/19
Aging list				
Títulos a vencer	11.788	18.015	15.741	19.841
Até 30 dias	92	2.448	92	2.448
De 30 a 60 dias	199	293	199	293
Há mais de 60 dias	19.560	17.960	19.560	17.960
	<u>31.639</u>	<u>38.716</u>	<u>35.592</u>	<u>40.542</u>

A Companhia registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada dos clientes.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO
PECÉM - CIPP S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
individuais e consolidadas
Exercícios findos em 30 de junho de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

A movimentação da Provisão Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) está demonstrada abaixo:

	Controladora /consolidado
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2019	(17.284)
Adições	(2.022)
Reversão	-
Saldo final em 30 de junho de 2020	(19.306)

7. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	jun/20	dez/19	jun/20	dez/19
Saldo negativo de IRPJ e CSLL	10.423	10.420	10.506	10.502
PIS e COFINS a recuperar	-	110	183	145
IRRF a recuperar	3.218	2.589	3.218	2.589
Demais tributos a recuperar	1.399	828	1.410	839
	<u>15.040</u>	<u>13.947</u>	<u>15.317</u>	<u>14.075</u>

8. Aplicações financeiras – Escrow account

Refere-se a valor mantido em aplicação financeira (Escrow Account) oriundo da alienação de parte das ações ao Porto de Roterdã (“PoR”). O Saldo está aplicado em certificado de depósito bancário com referência a 100% do “CDI”.

9. Títulos e valores mobiliários

São aplicações financeiras com resgate projetado para 2021 representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM - CIPP S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
Exercícios findos em 30 de junho de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

10. Investimentos

A movimentação dos investimentos está demonstrada a seguir:

	ZPE	Mais valia - contratos com clientes	Mais valia - autorização de funcionamento	Mais valia - software	Investimentos mantidos ao custo (i)	Total
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2018	13.496	21.510	55.877	-	23	90.906
Ajuste prospectivo do PPA (Purchase price allocation)	-	1.312	(1.561)	249	-	-
Amortização da mais valia	-	(2.156)	-	(70)	-	(2.226)
Resultado de equivalência patrimonial	9.570	-	-	-	-	9.570
Distribuição de dividendos para a CIPP	(2.670)	-	-	-	-	(2.670)
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2019	20.396	20.666	54.316	179	23	95.580
Amortização da mais valia	-	(761)	-	(25)	-	(786)
Resultado de equivalência patrimonial	8.593	-	-	-	-	8.593
Distribuição de dividendos para a CIPP	(6.819)	-	-	-	-	(6.818)
Saldo final em 30 de junho de 2020	22.171	19.905	54.316	154	23	96.569

- (i) Refere-se a investimento mantidos nas empresas Têxtil Bezerra de Menezes – TBM e Gerdau S/A. A Companhia não mantém influência significativa sobre tais investimentos, em função disso, mantém ao valor de custo;

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO
PECÉM - CIPP S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
individuais e consolidadas
Exercícios findos em 30 de junho de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

11. Imobilizado

Controladora				
	jun/20			dez/19
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Valor líquido
Móveis e utensílios	1.855	(1.195)	660	750
Máquinas, equip. e ferramentas	5.434	(1.957)	3.477	3.076
Veículos	2.898	(2.238)	660	800
Equipamentos de proc dados	5.550	(4.475)	1.075	1.431
Embarcações	29	(15)	14	16
Equipamentos de comunicações	874	(489)	385	429
Outros bens imóveis	15	(3)	12	13
Instalações portuárias e marítimas	48	(6)	42	42
Biblioteca	5	(5)	-	-
Câmara frigorífica	210	(164)	46	50
Veículos aéreos não tripulados	10	(1)	9	9
Totais	16.928	(10.548)	6.380	6.616

Consolidado				
	jun/20			dez/19
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Valor líquido
Móveis e utensílios	1.988	(1.255)	733	830
Máquinas, equip. e ferramentas	5.777	(2.061)	3.716	3.767
Veículos	3.173	(2.457)	716	884
Equipamentos de proc dados	6.233	(4.827)	1.406	1.774
Embarcações	29	(15)	14	16
Equipamentos de comunicações	874	(489)	385	429
Outros bens imóveis	15	(3)	12	13
Instalações portuárias e marítimas	48	(6)	42	42
Biblioteca	5	(5)	-	-
Câmara frigorífica	210	(164)	46	50
Veículos aéreos não tripulados	10	(1)	9	9
Totais	18.362	(11.283)	7.079	7.814

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM - CIPP S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
Exercícios findos em 30 de junho de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

Movimentação do ativo imobilizado:

Bens em Operação	Controladora				
	Movimentação do ativo imobilizado				
	dez/19	Aquisições	Depreciações	Reclassificações	jun/20
Móveis e utensílios	750	20	(110)	-	660
Máquinas, equip. e ferramentas	3.076	139	(253)	515	3.477
Veículos	800	-	(140)	-	660
Equipamentos de proc dados	1.431	135	(491)	-	1.075
Embarcações	16	-	(2)	-	14
Equipamentos de comunicações	429	-	(44)	-	385
Outros bens imóveis	13	-	(1)	-	12
Instalações portuárias e marítimas	42	-	-	-	42
Camara frigorifica	50	-	(4)	-	46
Veículos aéreos não tripulados	9	-	-	-	9
	<u>6.616</u>	<u>294</u>	<u>(1.045)</u>	<u>515</u>	<u>6.380</u>

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM - CIPP S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
Exercícios findos em 30 de junho de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	Consolidado					
	Movimentação do ativo imobilizado					
Bens em Operação	dez/19	Aquisições	Baixas	Depreciações	Reclassificações	jun/20
Móveis e utensílios	830	20	-	(117)	-	733
Máquinas, equip. e ferramentas	3.767	139	-	(270)	80	3.716
Veículos	884	-	-	(168)	-	716
Equipamentos de proc dados	1.774	188	-	(556)	-	1.406
Embarcações	16	-	-	(2)	-	14
Equipamentos de comunicações	429	-	-	(44)	-	385
Outros bens imóveis	13	-	-	(1)	-	12
Instalações portuárias e marítimas	42	-	-	-	-	42
Camara frigorifica	50	-	-	(4)	-	46
Veículos aéreos não tripulados	9	-	-	-	-	9
	7.814	347	-	(1.162)	80	7.079

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO PECÉM - CIPP S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
Exercícios findos em 30 de junho de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

12. Intangível

Controladora					
Movimentação do ativo intangível					
	dez/19	Aquisições	Reclassificações	Amortização	jun/20
Direito de uso	850.326	7.620	(515)	-	857.431
Software	1.265	4.650	-	-	5.915
Amortização direito de uso	(34.177)	-	-	(16.331)	(50.508)
Amortização software	(904)	-	-	(415)	(1.319)
	<u>816.510</u>	<u>12.270</u>	<u>(515)</u>	<u>(16.746)</u>	<u>811.519</u>
Consolidado					
Movimentação do ativo intangível					
	dez/19	Aquisições	Reclassificações	Amortização	jun/20
Direito de uso	853.115	7.620	(80)	-	860.655
Software	5.465	5.144	-	-	10.609
Amortização direito de uso	(33.963)	-	214	(16.331)	(50.080)
Amortização software	(3.683)	-	(214)	(884)	(4.781)
Mais valia na aquisição da ZPE Ceará	75.162	-	-	(786)	74.376
	<u>896.096</u>	<u>12.764</u>	<u>(80)</u>	<u>(18.001)</u>	<u>890.779</u>

A amortização, quando aplicável, é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO
PECÉM - CIPP S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
individuais e consolidadas

Exercícios findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

13. Fornecedores

Composto por fornecedores nacionais, substancialmente para manutenção do funcionamento e operações das instalações da Companhia e sua controlada, o prazo de pagamento médio não supera 60 dias. Em 30 de junho de 2020, os saldos apresentados na rubrica são nos montantes de R\$ 3.953 mil e R\$ 5.424 mil, respectivamente na controladora e consolidado (2019: R\$ 5.505 mil e R\$ 6.799 mil).

14. Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	jun/20	dez/19	jun/20	dez/19
Processos Fiscais - RFB	-	2.055	-	2.055
IPPJ e CSLL a recolher	963	716	3.105	1.878
IRRF a recolher	34	52	102	148
ISS a recolher	603	692	678	766
PIS e COFINS a recolher	4.888	2.389	5.019	2.518
INSS retido de terceiros a recolher	272	428	432	585
	<u>6.760</u>	<u>6.332</u>	<u>9.336</u>	<u>7.950</u>

15. Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	jun/20	dez/19	jun/20	dez/19
INSS a recolher	1.637	495	1.698	560
FGTS a recolher	100	195	120	220
Provisão para férias	1.928	1.763	2.202	1.970
INSS sobre provisão de férias	515	471	585	526
FGTS sobre provisão de férias	154	140	176	156
IRRF sobre folha	237	525	237	525
Outras obrigações sociais	807	34	919	34
	<u>5.378</u>	<u>3.623</u>	<u>5.937</u>	<u>3.991</u>

16. Participações nos lucros

	Controladora		Consolidado	
	jun/20	dez/19	jun/20	dez/19
Participação dos empregados	11	6.804	11	9.114
Participação dos administradores	-	2.696	-	2.696
	<u>11</u>	<u>9.500</u>	<u>11</u>	<u>11.810</u>

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
individuais e consolidadas
Exercícios findos em 30 de junho de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

Os fundamentos para a instituição desta Política estão contidos na Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, que decorre da aplicação do inciso XI do artigo 7º da Constituição Federal e nos Princípios e Valores adotados pela CIPP S/A e ZPE/Ceará, para os empregados, observando-se o disposto na cláusula sexta do acordo coletivo de trabalho 2019 sobre PLR no que se refere a CIPP.

17. Provisões para contingências

A Companhia é parte envolvida em vários processos cíveis e trabalhistas que se encontram aguardando julgamento em diversas instancias. As provisões para contingências, para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores e nas normas específicas.

As ações que foram prognosticadas como prováveis perdas para a Companhia estão provisionadas.

	Controladora		Consolidado	
	jun/20	dez/19	jun/20	dez/19
Contingências trabalhistas	53.859	52.493	53.859	52.493
	<u>53.859</u>	<u>52.493</u>	<u>53.859</u>	<u>52.493</u>

A Companhia possui ações de natureza tributária, cível, trabalhista e juizados especiais, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível no montante de R\$ 378 mil.

A movimentação da Provisão contingência está demonstrada abaixo:

	Controladora /consolidado
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2019	(52.493)
Adições	(1.366)
Reversão	-
Saldo final em 30 de junho de 2020	<u>(53.859)</u>

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
individuais e consolidadas
Exercícios findos em 30 de junho de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

18. Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 30 de junho de 2020 totaliza em 176.926.942 ações, todas de classe única (ordinária), nominativas e sem valor nominal. A composição acionária é distribuída da seguinte forma:

	Ações ON	Total	Participação (%)
Estado do Ceará	123.848.859	123.848.859	70,00%
Port of Pecém Participações BV	53.078.083	53.078.083	30,00%
	<u>176.926.942</u>	<u>176.926.942</u>	<u>100,00%</u>

(b) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

(c) Reserva de lucros a realizar

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de lucros a realizar é criada somente depois de considerados os requisitos previstos nos artigos 30º, 31º e 32º do estatuto social da Companhia.

(d) Reserva de incentivo fiscal

A Companhia possui o benefício fiscal da Sudene - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que reduz 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente à atividade portuária.

O processo de modernização foi comprovado perante a SUDENE, por meio de documentação e verificação pela visita técnica que a Companhia recebeu dos analistas da SUDENE.

O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução pelo benefício fiscal, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação a importância distribuída, o imposto que a Companhia tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis. Conforme determina o artigo 19, §§ 3º e 5º, do Decreto Lei nº 1.598/77.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO
PECÉM - CIPP S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
individuais e consolidadas
Exercícios findos em 30 de junho de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

19. Receita líquida de vendas

A reconciliação das receitas brutas para a receita líquida dos serviços prestados é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	jun/20	jun/19	jun/20	jun/19
Receita de serviço	86.712	86.726	113.211	110.659
Deduções da receita				
(-) COFINS sobre receita	(6.590)	(6.886)	(7.027)	(8.710)
(-) PIS sobre receita	(1.431)	(1.479)	(3.445)	(1.875)
(-) ISS sobre receita	(4.763)	(4.057)	(5.985)	(4.865)
(-) Cancelamento de serviços	-	(318)	-	(318)
Receita operacional líquida	<u>73.928</u>	<u>73.986</u>	<u>96.754</u>	<u>94.891</u>

20. Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	jun/20	jun/19	jun/20	jun/19
Energia elétrica	(7.981)	(5.959)	(7.981)	(5.959)
Serviços prestados	(6.982)	(6.851)	(9.421)	(8.748)
Custo com pessoal	(7.396)	(5.833)	(12.000)	(8.857)
Manutenção e conservação	(6.610)	(4.448)	(6.610)	(4.502)
Outros	(1.366)	(1.915)	(1.366)	(1.887)
Depreciação e amortização	(16.581)	(16.073)	(16.581)	(16.073)
Materiais auxiliares	(113)	(1)	(113)	(1)
Combustíveis e lubrificantes	(45)	(131)	(183)	(211)
	<u>(47.074)</u>	<u>(41.211)</u>	<u>(54.255)</u>	<u>(46.238)</u>

21. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	jun/20	jun/19	jun/20	jun/19
Despesa com pessoal	(6.599)	(6.176)	(10.486)	(11.043)
Serviços prestados	(6.314)	(6.685)	(6.857)	(6.738)
Depreciação e amortização	(1.210)	(1.221)	(1.796)	(1.898)
Amortização da mais valia	(786)	-	(786)	-
Honorário da Administração	(737)	(407)	(1.082)	(1.051)
Outras despesas	(943)	(588)	(1.069)	(1.680)
Energia elétrica	-	(311)	-	(556)
Seguro portuário	(665)	(519)	(665)	(519)
Viagens e estádias	(37)	(70)	(49)	(83)
PECLD	(2.022)	(3.881)	(2.022)	(3.881)
Feiras e eventos	(110)	(228)	(110)	(271)
Combustíveis e lubrificantes	(106)	(73)	(219)	(73)
Telecomunicação	(58)	(181)	(488)	(181)
Provisão para contingências	(1.366)	-	(1.366)	-
Manutenção e conservação	(146)	(65)	(303)	(399)
Materiais de expediente	(853)	(208)	(880)	(261)
	<u>(21.952)</u>	<u>(20.613)</u>	<u>(28.178)</u>	<u>(28.634)</u>

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO DO
PECÉM - CIPP S.A.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
individuais e consolidadas
Exercícios findos em 30 de junho de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

22. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	jun/20	jun/19	jun/20	jun/19
Receitas financeiras				
Descontos obtidos	6	3	6	3
Juros ativos	87	107	765	609
Outras receitas financeiras	229	36	229	36
Rendimentos de aplicações	4.151	7.057	4.385	7.328
	<u>4.473</u>	<u>7.203</u>	<u>5.385</u>	<u>7.976</u>
Despesas financeiras				
Descontos concedidos	(115)	(159)	(115)	(159)
Outras despesas financeiras	(53)	(3)	(57)	(35)
	<u>(168)</u>	<u>(162)</u>	<u>(172)</u>	<u>(194)</u>
Total	<u>4.305</u>	<u>7.041</u>	<u>5.213</u>	<u>7.782</u>

23. Impostos sobre a renda

	Controladora		Consolidado	
	jun/20	jun/19	jun/20	jun/19
Impostos corrente				
(-) Imposto de renda	(4.110)	(5.814)	(7.349)	(7.542)
(+) Incentivo Fiscal - SUDENE	1.364	3.018	1.364	3.018
(-) Contribuição social sobre o lucro líquido	(1.520)	(2.146)	(2.690)	(2.773)
	<u>(4.266)</u>	<u>(4.942)</u>	<u>(8.675)</u>	<u>(7.297)</u>

Reconciliação da alíquota efetiva

	Controladora	
	jun/20	jun/19
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	22.360	24.472
Alíquota	34,00%	34,00%
Imposto calculado com base em alíquotas vigentes	<u>(7.602)</u>	<u>(8.320)</u>
Itens de reconciliação		
Subvenção SUDENE	1.364	3.018
Equivalência patrimonial	2.922	2.114
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	687	2.668
Provisão para contingência	464	301
Outras adições (exclusões) temporárias	820	(2.609)
Encargo fiscal	<u>(4.266)</u>	<u>(4.942)</u>

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias
individuais e consolidadas
Exercícios findos em 30 de junho de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

24. Eventos subsequentes

Efeitos do COVID-19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciou que o novo coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global.

O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentam o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Apesar dos serviços prestados pela Companhia e sua controlada serem considerado essenciais, a Administração avalia de forma constante os impactos da pandemia do COVID-19 nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações contábeis.

Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro nas receitas e fluxo de caixas estimados.